

Número 50

I-B

Esta 1.ª série do *Diário* da *República* é apenas constituída pela parte B

DÍARIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Portaria n.º 134/2001:		Portaria n.º 136/2001: Altera o plano de estudos do curso de licenciatura em Informática de Gestão ministrado no Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa	1119
Regulamenta a pesca do meixão para a safra de 2000-2001. Revoga as Portarias n.ºs 36/2001 e		Região Autónoma dos Açores	
38-C/2001, de 17 de Janeiro	1116	Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 4/2001/A:	
Ministério da Educação		Resolve encarregar a Comissão dos Assuntos Sociais de estudar a situação existente na Região relativamente	
Portaria n.º 135/2001:		à leptospirose	1121
Altera a denominação e o plano de estudos do curso de licenciatura em Ciências da Tradução e Cultura		Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 5/2001/A:	
Comparada ministrado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia	1116	Resolve promover uma campanha de desratização em todas as ilhas da Região	1121

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 134/2001

de 28 de Fevereiro

A entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio, estabelecendo a possibilidade de, a título excepcional, autorizar a captura de meixão na safra 2000-2001, levou à publicação das Portarias n.ºs 36/2001 e 38-C/2001, de 17 de Janeiro, que estabeleceram o regime aplicável à pesca do meixão.

No quadro de uma gestão sustentada dos recursos, com ponderação dos impactes sociais envolvidos, o Governo tem vindo gradualmente a reduzir todos os anos o número de licenças atribuídas, que foi de 432 em 1999-2000, orientação que presidiu ao regime definido para 2000-2001.

Sucede, porém, que o número máximo de licenças fixado na Portaria n.º 36/2001 excluiu alguns inscritos marítimos cujos pedidos deram atempadamente entrada nos diversos serviços da administração, bem como de alguns profissionais da pesca que operam a bordo de embarcações da pesca, cuja actividade foi particularmente afectada pelas condições climatéricas adversas que se têm verificado no corrente ano, pelo que importa não só alterar aquele número de licenças bem como os critérios para a sua atribuição, aproveitando-se para revogar as citadas portarias, evitando-se deste modo a sempre indesejável proliferação legislativa.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 383/98, de 27 de Novembro, e do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

- 1.º O número máximo de licenças a atribuir na safra de 2000-2001 da pesca do meixão é fixado em 260.
- 2.º No preenchimento do contingente referido no número anterior serão licenciados os inscritos marítimos na área da capitania respectiva, licenciados na safra de 1999-2000, que tenham remetido à Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura o mapa referido no n.º 3.º da Portaria n.º 1102/99, de 21 de Dezembro.
- 3.º Poderá igualmente ser concedida uma licença por embarcação a outros inscritos marítimos, desde que os mesmos façam parte do rol de matrícula de embarcações licenciadas para a pesca, com actividade comprovada e cujo pedido de licenciamento tenha sido formulado até 30 de Novembro de 2000.
- 4.º A captura do meixão apenas é autorizada com a arte da rapeta, também designada por «peneira», «peneiro» ou «capinete», a qual é constituída por um cabo de madeira de comprimento variável, tendo preso numa das extremidades um aro metálico, de forma e tamanho variáveis, ao qual está cosido um saco de rede mosquiteira de profundidade não superior a 30 cm.
- 5.º No exercício da pesca é proibido ter a bordo outras artes de pesca que não a referida no número anterior, bem como manter a bordo, transportar, transbordar e desembarcar outras espécies além do meixão.

- 6.º A safra de 2000-2001 da pesca de meixão termina em 15 de Março, sendo obrigatório, até ao dia 15 de cada mês a entrega, na capitania ou delegação marítima respectiva, do mapa cujo modelo constitui anexo à presente portaria.
- 7.º São revogadas as Portarias n.ºs 36/2001 e 38-C/2001, ambas de 17 de Janeiro.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *José Apolinário Nunes Portada*, Secretário de Estado das Pescas, em 12 de Fevereiro de 2001.

ANEXO

MAPA DE REGISTO DA PESCA DO MEIXÃO

SAFRA DE 2000/2001

	MÊS:	
ARTE: Rapeta		
Identificação do Apanh		
		Marítima:
Nome:		
Idade:	Inscrito ma	rítimo n.º:
Locais de apanha:		
Compradores:		
Meios utilizados: Embarcação de apoio:	□Sim □Não	
Nome:	Co	nj. Ident
Modo de actuação: Individual	☐ Em	grupo (não campanha) 🔲
Total de meixão captur	rado(mensal)	Dia do mês de maior captura
Quantidade (quilos):		Data/
		Quantidade (quilos):
		Local:
	de	de 200
	(Assina	atura)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OBS: Assinalar com um X o quadrado que interessa

Portaria n.º 135/2001

de 28 de Fevereiro

A requerimento da ENSIGAIA — Educação e Formação, Sociedade Unipessoal, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia, reconhecido oficialmente, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto), pela Portaria n.º 791/89, de 8 de Setembro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 900/93, de 20 de Setembro, alterada pela Portaria n.º 274/97, de 22 de Abril, pela Portaria n.º 939/98, de 29 de Outubro, e pela Portaria n.º 23/99, de 15 de Janeiro;

Tendo em vista o disposto no artigo 67.º e no n.º 5 do artigo 53.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.0

Alteração da denominação

O curso de licenciatura em Ciências da Tradução e Cultura Comparada ministrado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria n.º 900/93, de 20 de Setembro, alterada pela Portaria n.º 274/97, de 22 de Abril, pela Portaria n.º 939/98, de 29 de Outubro, e pela Portaria n.º 23/99, de 15 de Janeiro, passa a designar-se Ciências da Tradução.

2.0

Alteração do plano de estudos

O plano de estudos do curso passa a ser o constante do anexo à presente portaria.

3.º

Número máximo de alunos

1 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 40.

2 — A frequência global do curso não pode exceder 160 alunos.

4.º

Duração do ano lectivo

O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.

5.°

Transição

As regras de transição entre o anterior e o novo plano de estudos são fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

6.°

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 2000-2001, inclusive.

Pelo Ministro da Educação, *José Joaquim Dinis Reis*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 6 de Fevereiro de 2001.

ANEXO

Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia

Curso de Ciências da Tradução

Grau de licenciado

QUADRO N.º 1

1.º ano

			Escolaridade (en	n horas semanais)	
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Inglês I	Anual		4			
Francês I	 Anual		4			
Português I Linguística Aplicada História Contemporânea		2	4			
História Contemporânea Introdução à Economia Informática I	Anual	1,5	2			

QUADRO N.º 2

		:				
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Inglês II	Anual		2			
Francês II Alemão II	Anual		2			(a)

		:				
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Português II			2 3			
Técnicas de Tradução — Francês	Anual		3			(b)
Teoria e Metodologia da Tradução	Anual	1	2			
Cultura e Literatura Francesas	Anual		2			(b)
Introdução ao Direito	Anual	2	1			

QUADRO N.º 3

3.º ano

		:)			
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Tradução Geral — Inglês	Anual		2			
Tradução Geral — Francês	Anual		2			(a)
Tradução Especializada — Inglês	Anual		4			
Tradução Especializada — Francês	Anual		4			(a)
Português Especializado	Anual		2 1			
Cultura e Literatura Francófonas	Anual		1			(a)
Cultura e Literatura Portuguesas Cultura Comparada Informática e Tradução I		3	2			

⁽a) De acordo com a opção linguística feita no $1.^{\rm o}$ ano.

QUADRO N.º 4

	Escolaridade (em horas semanais					
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Seminário Tradução Geral — Inglês	Anual				2	
Seminário de Tradução Geral — Francês Seminário de Tradução Geral — Alemão	Anual				2	(a)
Seminário Tradução Literária — Inglês	Anual				1,5	
Seminário de Tradução Literária — Francês Seminário de Tradução Literária — Alemão	Anual				1,5	(a)
Seminário de Tradução Especializada — Inglês Uma das seguintes unidades curriculares:	Anual				3	
Seminário de Tradução Especializada — Francês Seminário de Tradução Especializada — Alemão	Anual				3	(a)
Seminário de Crítica da Tradução — Inglês	Anual				1,5	

⁽a) De acordo com a opção feita no 1.º ano.
(b) De acordo com a opção linguística feita no 1.º ano.

		:				
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Uma das seguintes unidades curriculares: Seminário de Crítica da Tradução — Francês Seminário de Crítica da Tradução — Alemão	Anual				1,5	(a)
-					1,5	(a)
Relações Comunitárias Internacionais	Anual	2	1			

⁽a) De acordo com a opção linguística feita no 1.º ano.

Portaria n.º 136/2001

de 28 de Fevereiro

A requerimento da ENSILIS — Educação e Formação, Sociedade Unipessoal, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa, cuja criação foi autorizada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de Abril, pelo despacho n.º 127/MEC/86, de 21 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 28 de Junho de 1986;

Considerando o disposto no despacho n.º 127/MEC/86, de 21 de Junho, alterado pela Portaria n.º 611/96, de 25 de Outubro;

Tendo em vista o disposto no artigo 67.º e no n.º 5 do artigo 53.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alteração do plano de estudos

O plano de estudos do curso de licenciatura em Informática de Gestão ministrado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa, cujo funcionamento foi autorizado pelo despacho n.º 127/MEC/86, de 21 de Junho, alterado pela Portaria n.º 611/96, de 25 de Outubro, passa a ser o constante do anexo à presente portaria.

2.0

Número máximo de alunos

- 1 O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 65.
- 2— A frequência global do curso não pode exceder 260 alunos.

3.º

Duração do ano e semestre lectivos

- 1 O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.
- 2 O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

4.º

Transição

As regras de transição entre o anterior e o novo plano de estudos são fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

5.°

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 2000-2001, inclusive.

Pelo Ministro da Educação, *José Joaquim Dinis Reis*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 6 de Fevereiro de 2001.

ANEXO

Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa

Curso de Informática de Gestão

Grau de licenciado

QUADRO N.º 1

			Escolario	lade (em hor	as semanais)	
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Introdução à Gestão	Anual	3 2 2		2 2		

		Escolaridade (em horas semanais)					
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações	
Introdução à Sociologia Introdução aos Sistemas Informáticos Introdução à Programação Direito Empresarial Comportamento Organizacional Programação	1.º semestre 1.º semestre 1.º semestre 2.º semestre 2.º semestre 2.º semestre 2.º semestre		1	2 1 2 1			

QUADRO N.º 2

2.º ano

		Escolaridade (em horas semanais)						
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações		
Estatística Economia Europeia Contabilidade Introdução ao Marketing Gestão de Operações Estruturas de Dados e Algoritmos Matemática Discreta Paradigmas da Programação Teorias e Técnicas de Comunicação e Expressão Investigação Operacional Arquitectura e Configurações de Computadores	2.º semestre	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	2 2 2 1 2 1 2 1 2 1	1 1 1				

QUADRO N.º 3

3.º ano

		Escolaridade (em horas semanais)						
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações		
Gestão de Recursos Humanos Ética nos Sistemas de Informação Fundamentos de Análise de Sistemas Fundamentos de Base de Dados Sistemas de Operação Cálculo Financeiro Sistemas de Suporte à Decisão Arquitectura de Redes e Comunicação de Dados Direito Informático Aplicações de Análise de Sistemas Aplicações de Base de Dados Programação Orientada a Objectos	1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 2.° semestre	2 2 2 2 2 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	2 1 1 1 1 2 2 2 1	1 1 1 1 1 1 1				

QUADRO N.º 4

			Escolaridade (em horas semanais)			
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Seminário Auditoria e Controlo dos Sistemas de Informação Avaliação e Planeamento de Instalações Informáticas Complementos de Análise de Sistemas Gestão e Desenvolvimento de Projectos Informáticos Sistemas de Informação Distribuídos Negócios e Comércio Electrónico Planeamento de Sistemas de Informação	Anual	1 1 2 1 2 2	2 2 1 1 1 2	1 1 1	3	

		Escolaridade (em horas semanais)					
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações	
	2.º semestre			6			

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa Regional

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 4/2001/A

Estudo da leptospirose

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve encarregar a Comissão dos Assuntos Sociais de estudar a situação existente na Região relativamente à leptospirose, as implicações na saúde pública, o combate necessário às causas que levam ao aparecimento da doença e àquilo que está a ser feito para efectivar esse combate e, no prazo de 90 dias, elaborar e apresentar o competente relatório sobre esta matéria.

Aprovada pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, em 25 de Janeiro de 2001.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, *Fernando Manuel Machado de Menezes*.

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 5/2001/A

Campanha de desratização

A Assembleia Legislativa Regional resolve, nos termos regimentais e estatutários, o seguinte:

 A realização de uma ampla sensibilização da opinião pública através da comunicação social,

- com dados elucidativos sobre a doença, condições de contágio e atitudes de prevenção da mesma, informando as pessoas e tranquilizando-as:
- 2) A realização de uma sistemática e específica campanha de informação aos lavradores, agricultores e outros profissionais mais expostos aos perigos de contracção da doença sobre as formas de a prevenir e evitar, com a colaboração de técnicos de saúde e veterinários, acções a desenvolver em todas as ilhas;
- A realização de acções de sensibilização das equipas médicas e de enfermagem nos serviços de atendimento e urgência nos centros de saúde e hospitais da Região;
- 4) Assumir a coordenação de uma extensa campanha de desratização a promover em todas as ilhas, com prioridade para aquelas em que a situação for considerada mais grave, num projecto co-financiado e articulado com as autarquias locais e retomando o apoio às populações no desenvolvimento de acções continuadas no combate sistemático aos ratos.

Aprovada pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, em 25 de Janeiro de 2001.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, *Fernando Manuel Machado de Menezes*.

AVISO

- 1 Abaixo se indicam os preços das assinaturas do Diário da República para o ano 2001 em suporte papel, CD-ROM e Internet.
- 2—Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
- 3 Cada assinante deverá indicar sempre o número da assinatura que lhe está atribuída e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
 - 4 A efectivação dos pedidos de assinatura, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas lojas.
- 5 Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa.

Preços para 2001

Concursos públicos, 3.ª série

PAPEL (IVA 5%)					
	Escudos	Euros			
1.ª série	27 000	134,68			
2.ª série	27 000	134,68			
3.ª série	27 000	134,68			
1.ª e 2.ª séries	50 200	250,40			
1.ª e 3.ª séries	50 200	250,40			
2.ª e 3.ª séries	50 200	250,40			
1.a, 2.a e 3.a séries	70 200	350,16			
Compilação dos Sumários	8 800	43,89			
Apêndices (acórdãos)	14 500	72,33			
Diário da Assembleia da Re- pública	17 500	87,29			

CD-ROM 1.ª série (IVA 17%)								
	Assinant	e papel *	Não assinante papel					
	Escudos	Euros	Escudos	Euros				
Assinatura CD mensal	32 000	159,62	41 000	204,51				
Assinatura CD histórico (1974-1999)	95 000	473,86	100 000	498,80				
Assinatura CD histórico (1990-1999)	45 000	224,46	50 000	249,40				
CD histórico avulso	13 500	67,34	13 500	67,34				
INTERNET (IVA 17%)								
	Assinant	e papel *	Não assinante papel					
	Escudos	Euros	Escudos	Euros				
1.ª série	13 000	64,84	17 000	84,80				

^{*} Preço exclusivo por assinatura do Diário da República em suporte de papel.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85 ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

80\$00 — € 0,40



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: http://www.dr.incm.pt Correio electrónico: dre @ incm.pt*-Linha azul: 808 200 110*Fax: 21 394 57 50



13 000

64,84

17 000

17 000

84 80

84.80

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NÚMISMÁTICOS

- Rua da Escola Politécnica, 135 1250–100 Lisboa Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B 1050–148 Lisboa Telef. 21 353 03 99 Fax 21 353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 1099–002 Lisboa Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 1000–136 Lisboa Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 3000–173 Coimbra Telef. 23 982 69 02 Fax 23 983 26 30
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 4050–294 Porto Telefs. 22 205 92 06/22 205 91 66 Fax 22 200 85 79
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco 1070–103 Lisboa (Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
 Telef. 21 387 71 07 Fax 21 353 02 94
- Avenida Lusíada 1500–392 Lisboa (Centro Colombo, loja 0.503)
 Telefs. 21 711 11 19/23/24 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A 1150–268 Lisboa Telefs. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 1600–001 Lisboa Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 4350-158 Porto Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29